

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, empresa pública, constituída pela lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, está sujeita à lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970. Seu estatuto está aprovado pelo Decreto nº 6.791, de 10 de março de 2009. A sede da empresa está localizada à SGAN, Quadra 601, módulo V. A empresa é integrante do Orçamento de Investimentos das Estatais e sua gestão se insere no conjunto de decisões do Governo Federal. O capital do SERPRO pertence integralmente à União.

a) Área de atuação

A empresa está envolvida primariamente na prestação de serviços em Tecnologia da Informação – TI para o setor público, sendo considerada uma das maiores organizações públicas de TI do mundo.

O SERPRO desenvolve programas e serviços que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, além de facilitar a relação dos cidadãos com o governo. Dentre as várias soluções em produção e desenvolvidas com essas características destacam-se a Declaração do Imposto de Renda via Internet (Receitanet), a nova Carteira Nacional de Habilitação, o novo Passaporte Brasileiro, o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE e os sistemas que controlam e facilitam o comércio exterior brasileiro (SISCOMEX).

O principal mercado de atuação da empresa é o de finanças públicas, composto pelo Ministério da Fazenda, que corresponde a 66,5% do volume de negócios da entidade. Outro segmento igualmente importante são as ações estruturadoras e integradoras da Administração Pública Federal, cuja gestão e articulação compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ao longo dos seus 48 anos, o SERPRO consolidou-se como referência, aprimorando e desenvolvendo tecnologias utilizadas por órgãos do setor público brasileiro. Para tanto, conta com uma estrutura em rede composta por células denominadas Unidades de Gestão especializadas tanto no segmento de TI quanto nas demais áreas de suporte ao negócio da empresa.

A empresa investe no desenvolvimento de soluções tecnológicas em *Software Livre*, como uma política estratégica que permite otimizar os recursos públicos, incentivar o compartilhamento de conhecimento e estimular a cooperação entre as esferas federal, estadual, municipal, iniciativas do segmento acadêmico e sociedade.

O SERPRO também desenvolve projetos e programas que contemplam questões sociais de acessibilidade e inclusão digital e apoia as políticas de governo nessas áreas.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As presentes demonstrações financeiras contábeis incluem as demonstrações financeiras preparadas conforme os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi autorizada pelos Conselhos Diretor e Fiscal em reunião conjunta realizada dia 30 de abril de 2013.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no Balanço Patrimonial:

- os instrumentos financeiros são avaliados a valor justo com reflexo no Patrimônio Líquido;
- o passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como passivo do plano, acrescido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme explicado na nota explicativa 20.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material, dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Créditos a Receber de Clientes;
- Nota 5 – Ativos Circulantes Mantidos para Venda;
- Nota 15 – Ativo Imobilizado;
- Nota 20 – Benefícios a Empregados; e
- Nota 24 – Provisões Passivas.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

As contas ativas e passivas que guardam na essência ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação, pelo valor líquido, em razão de possuírem natureza semelhante.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações do exercício anterior foram reclassificadas e estão sendo citadas em suas notas correspondentes, visando melhor entendimento das demonstrações contábeis no período.

O SERPRO utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, trabalhando na limitação da data de encerramento do exercício social de 2012, conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em seu processo de encerramento.

3.1 – Instrumentos Financeiros

a) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são aqueles cuja intenção e capacidade da entidade seja de manter o título até o vencimento. Estes investimentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores de ativos financeiros.

São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e

diferenças de moedas estrangeiras, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é desreconhecido, os ganhos e perdas acumulados mantidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

3.2 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela empresa na gestão das obrigações de curto prazo.

3.3 – Capital Social

O Capital Social do SERPRO pertence integralmente à União.

De acordo com o previsto no artigo 19, inciso II do Estatuto do SERPRO, o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

3.4 – Imobilizado

O Ativo Imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidas com essas finalidades.

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são atribuíveis à aquisição do ativo, incluindo:

- o custo de material e mão-de-obra de ativos construídos;
- quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software adquirido que seja parte da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

A Empresa optou por não remensurar, no exercício de 2010, seu ativo imobilizado pelo valor justo, uma vez que absorve constantes investimentos na renovação, acompanhando a evolução tecnológica.

No exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, em virtude da defasagem entre o valor patrimonial contabilizado e o valor de mercado, estando de acordo com as normas contábeis vigentes à época no que se refere à Reavaliação de Ativos. Com base nos laudos emitidos por avaliadores independentes, e conforme facultado pela Lei nº 11.638/2007, pela resolução CFC nº 1.152/09 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, o saldo da reavaliação da empresa será mantido até a sua total realização, por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas de operações descontinuadas.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos para a entidade. Os gastos incorridos com manutenção ou reparos recorrentes são reconhecidos como despesa, no resultado do exercício, quando incorridos.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- edifícios	indeterminada
- instalações	10 anos
- equipamentos de processamento de dados	2 - 5 anos
- máquinas e equipamentos	2 - 5 anos
- móveis e utensílios	3 - 10 anos

De acordo com a resolução CFC nº 1.263/09 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos tratados nos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 27, 28, 37 e 43, foi adotada a vida útil empresarial indeterminada para as edificações, em função das constantes manutenções e da valorização – que sobrepõe o valor original, representando adequadamente o confronto dos custos com os benefícios.

Os métodos de depreciação e vida útil são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d) Obras em Andamento

O montante registrado na conta Obras em Andamento representa o valor bruto dos custos relacionados diretamente a projetos específicos de adequação predial e obras civis que agregam vida útil ao imóvel. Na medida a que forem concluídas e entrarem em operação, serão reclassificadas contabilmente em conta específica e serão submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial e aos estudos do valor recuperável (*impairment*).

3.5 – Ativos Intangíveis

Cessões de Direito de Uso e Licenças de Uso de Software são adquiridos pela empresa e estão contabilizadas no Grupo Intangível, por se tratarem de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Tratam-se de gastos incorridos pela empresa, que atendem os critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a softwares identificáveis e únicos e que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

a) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, inclusive manutenção e locação de softwares, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

b) Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são:

- Cessão de Direito de Uso de Software	3 – 5 anos
- Licença de Uso de Software	1 a 5 anos

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

3.6 – Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

A análise da entidade envolveu a avaliação de todos os itens do imobilizado, a título de bens imóveis, individualmente. Os itens do imobilizado a título de bens móveis foram avaliados coletivamente.

A análise indicou que o registro contábil do valor recuperável dos ativos e seu reconhecimento no resultado do período não são aplicáveis ao SERPRO, visto que há recuperação dos custos dos ativos em decorrência das receitas originadas pelos serviços. Ressalta-se que o resultado econômico dos processos produtivos é suficiente para a cobertura de seus custos de reposição e valorização de ativos no mercado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa a partir de seu uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa.

O SERPRO revisa, pelo menos anualmente, o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.7 – Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, para os benefícios pós emprego, é efetuado de acordo com os critérios estabelecidos pela resolução CFC nº 1.193/09 – Benefícios a Empregados.

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos ou perdas acumulados não reconhecidos, que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

- I. 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido;

II. 10% do valor justo dos ativos do plano.

Dessa forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais reconhecida no exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados, pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

3.8 – Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.9 – Receita Operacional

A receita com prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Segundo a resolução CFC nº 1.187/09 – Receitas, a receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A empresa está envolvida primariamente na prestação de serviços em Tecnologia da Informação – TI para o setor público, sendo considerada uma das maiores organizações públicas de TI do mundo. O momento do reconhecimento da receita varia dependendo das condições individuais dos contratos de prestação de serviços.

3.10 – Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, receita de dividendos e juros sobre créditos tributários.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros e encargos sobre contratos de parcelamento de dívida com a Entidade Fechada de Previdência Complementar SERPROS e eventuais obrigações em atraso, como também juros sobre dividendos a pagar.

3.11 – Tributos

Relativamente aos tributos, são adotadas as seguintes práticas:

3.11.1 – Os resultados mensais são apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento do Imposto Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (Art. nº 230 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99);

3.11.2 – O Imposto sobre Serviços – ISS está registrado pelo regime de competência, sendo que as alíquotas variam de 2% a 5%, de acordo com o serviço prestado e o município em que se deu o fato gerador (Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003);

3.11.3 – A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP estão registrados pelo regime da cumulatividade e da não-cumulatividade;

3.11.4 - O registro da COFINS (3% e 7,6%) e do PASEP (0,65% e 1,65%), considera, para efeito da respectiva base de cálculo, a legislação em vigor na data das demonstrações contábeis.

a) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

3.12 – Ativos não circulantes a alienar e operações descontinuadas

a) Bens a alienar

Os ativos ou grupos de ativos não circulantes são classificados como bens a alienar se for altamente provável que serão alienados, através de processo decisório aprovado pela diretoria colegiada da entidade.

As desmobilizações são realizadas através de processos específicos, por meio de leilões e de doações a entidades públicas parceiras do SERPRO, na realização de ações

sociais focadas na educação profissional e às instituições de ensino do poder público, nas esferas: federal, estadual e municipal.

Uma vez classificados como bens a alienar, os ativos não são mais depreciados.

b) Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um ato ou negociação que compreende operações que podem ser claramente distinguidos das operações da empresa.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando esta atende os critérios para classificação como mantido para venda e são representadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

Em dezembro de 2012, a empresa efetuou o registro de permuta de imóveis com a Caixa Econômica Federal (veja nota explicativa 15.1); os imóveis não estavam classificados como mantido para venda em 31 de dezembro de 2011.

3.13 – Demonstração do valor adicionado

A empresa elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

3.14 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela Administração que inclui a análise criteriosa das faturas a receber vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber.

O cálculo considerou todas as faturas vencidas, utilizando-se dos critérios estabelecidos na Nota 6.1.

3.15 – Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da empresa requerem a determinação do valor justo, tanto para ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e divulgação conforme métodos e premissas divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

3.16– Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a entidade estão a seguir. A empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

CPC 46 – Mensuração do Valor Justo

O CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersada em outros pronunciamentos. Este CPC se aplica, essencialmente, quando a mensuração ou divulgação de valor justo são requeridas ou permitidas por outros CPCs e é efetivo para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013. O SERPRO reavaliará sua metodologia de determinação do valor justo em 2013.

CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados

O CPC 33 (R1) altera a definição de benefícios de curto e longo prazo para clarificar a distinção entre os dois. Para planos de benefício definido, a remoção da escolha de política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuárias deve ter impacto no SERPRO. Entretanto, esse impacto será melhor avaliado em nova análise atuarial a se realizar em 2013. O CPC 33 (R1) é efetivo para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades estão assim discriminadas:

Em R\$

Discriminação	2012	2011
Bancos c/ Movimento	58.004.697,01	26.577.406,03
Fundo de Aplicação Financeira *	41.986,89	37.737,42
TOTAL	58.046.683,90	26.615.143,45
* Operações com vencimento na data efetiva da aplicação igual ou inferior a 90 dias		

4.1 – Fundo de Aplicação Financeira:

Tratam-se de aplicações financeiras de liquidez, ou seja, com vencimento original igual ou inferior a noventa dias, a partir da data da contratação.

As aplicações financeiras da Empresa no Banco do Brasil – DTVM, foram remuneradas pelo fundo extramercado comum e estão restritas àquelas com lastro em títulos públicos, em conformidade com a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.

4.1.1 - Receitas com aplicações financeiras de liquidez:

Em R\$

Discriminação	2012	2011
Banco do Brasil – DTVM	21.732,49	489.461,82
TOTAL	21.732,49	489.461,82

4.2 – Bancos Conta Movimento:

São, basicamente, recursos financeiros depositados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, ficando à disposição da empresa.

NOTA 5 – ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis disponíveis para venda.

Devido o SERPRO se tratar de empresa pública, faz-se necessário o atendimento a outras premissas legais, porém, os esforços por parte da administração para a venda desses ativos já se iniciou e espera-se que em 2013 seja concluído.

As aplicações em incentivos fiscais são apresentadas a valor de mercado, ou seja, valor justo.

A partir de 1991, de acordo com as premissas do Decreto nº 101 de 17 de abril de 1991, a empresa passou a constituir provisão para perdas prováveis, devido a considerável queda de valor das cotas, demonstrando o ativo pelo seu valor justo.

Para fins fiscais, esta provisão é indedutível, sendo adicionada à base de cálculo do Lucro Real e da Contribuição Social.

Os ativos financeiros se encontram demonstrados abaixo:

Em R\$

Discriminação	2012	2011
Incentivos Fiscais FINAM/FINOR	9.893.766,29	9.893.766,29
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(9.609.721,50)	(9.406.017,48)
TOTAL	284.044,79	487.748,81

NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES

Em R\$

Unidade de Relacionamento	A Vencer	Vencidas	TOTAL
Administração Tributária e Comércio Exterior	104.573.625,58	270.707.458,74	375.281.084,32
Administração Financeira	28.426.328,39	516,61	28.426.845,00
Sistemas Fazendários e Judiciais	9.982.317,09	37.232.718,98	47.215.036,07
Planejamento, Orçamento e Gestão	38.800.661,75	12.648.830,44	51.449.492,19
Clientes Especiais	24.893.964,14	57.017.647,39	81.911.611,53
TOTAL SERPRO	206.676.896,95	377.607.172,16	584.284.069,11

Os créditos de clientes estão agrupados nas contas Faturas a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

6.1 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A PCLD é constituída com base no processo organizacional Cobrança de Débitos de Clientes, que tem por objetivo definir as atividades a serem adotadas, visando realizar a cobrança decorrente de débitos de serviços prestados pelo SERPRO, que se encontrem na condição de atraso, e as providências administrativas e legais para o seu ressarcimento.

Tomando-se por base a cobrança das faturas pendentes de recebimento, por cliente, as operações são classificadas observando a avaliação feita pela Administração, de acordo com o risco de não recebimento de cada documento.

A contabilização consiste na escrituração das faturas com maior risco de não recebimento, a título de PCLD, sendo estas registradas pelo valor faturado.

Até dezembro de 2011, a provisão era constituída com base na análise do histórico de recebimentos de faturas, que se apresenta de modo sazonal, buscando a adoção de um indicador baseado nos dados de cada cliente, visando a linearidade na apresentação dos registros contábeis.

As operações eram classificadas observando a avaliação das faturas pendentes de recebimento, considerando, principalmente, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação aos ativos e aos devedores.

Resumidamente, a avaliação da PCLD consistia na classificação dos créditos percentualmente por sua representatividade em cada operação, sendo o último percentual utilizado para o cálculo da provisão, ajustando de 4,94% (em 2010) para 4,11% (em 2011).

No entanto, este indicador mostrou-se ineficaz para representar os riscos de recebimento de faturas, visto as características da carteira de clientes do SERPRO, formada, essencialmente, por órgãos do Governo Federal, seu controlador.

A PCLD representa fidedignamente o valor justo, sendo considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

Para fins fiscais, o valor da provisão registrado no exercício está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

6.2 Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Discriminação	Em R\$	
	2012	2011
Saldo Inicial	22.571.474,38	30.784.844,13
(+) Constituição	13.661.799,23	0,00
(-) Reversão	0,00	8.213.369,75
TOTAL	36.233.273,61	22.571.474,38

NOTA 7 – IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

Estes tributos estão provisionados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões, observada a legislação tributária vigente.

Em R\$

Discriminação	2012	2011
Base de cálculo da Contribuição Social:		
Lucro/Prejuízo Contábil antes do IR e Contribuição Social	81.980.143,19	(175.948.856,26)
(+) Adições	152.551.151,33	256.203.388,90
(-) Exclusões	(60.294.437,30)	(279.630.485,05)
Base de Cálculo antes da Compensação de BC Negativa	74.236.857,22	(199.375.952,41)
(-) Compensação BC Negativa de CSLL	(22.271.057,17)	0,00
Base de Cálculo da Contribuição Social	51.965.800,05	(199.375.952,41)
Contribuição Social – Alíquota 9%	4.676.922,00	0,00
CSLL s/ realização da reserva de reavaliação	983.907,04	0,00
(-) Antecipações	(18.660.675,47)	(16.837.153,24)
Saldo a Compensar	12.999.846,43	16.837.153,24
Base de Cálculo do Imposto de Renda:		
Lucro/Prejuízo Contábil depois da CSLL	77.303.221,19	(175.948.856,26)
(+) Adições	157.228.073,33	256.180.360,93
(-) Exclusões	(160.294.437,30)	(279.630.485,05)
Lucro/Prejuízo Fiscal antes da Compensação de Prejuízo Fiscal	74.236.857,22	(199.398.980,38)
(-) Compensação BC Negativa de PF	(22.271.057,17)	0,00
Base de Cálculo do IRPJ	51.965.800,05	(199.398.980,38)
Imposto de Renda – Alíquota 15%	7.794.870,01	0,00
Adicional do IR – Alíquota 10%	5.172.580,01	0,00
(-) PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador	(311.794,80)	0,00
Imposto Devido	12.655.655,21	0,00
IRPJ s/ Realização da reserva de reavaliação	2.733.075,12	0,00
(-) Antecipações	(85.840.968,29)	(80.511.243,37)
Saldo a Compensar	70.452.237,97	80.511.243,37

NOTA 8 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo de créditos fiscais de curto prazo é de R\$ 149.877.168,59 e encontra-se discriminado da seguinte forma:

8.1 - Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a Compensar

O saldo de R\$ 103.970.724,33 refere-se à diferença entre o IRPJ e a CSLL devidos anualmente e às antecipações oriundas, principalmente, das retenções na fonte efetuadas na forma do artigo nº 64 da Lei nº 9.430/1996.

8.2 – Créditos Fiscais Diferidos

Estes créditos se encontram assim discriminados:

Descrição	Em R\$	
	2012	2011
Licença – Prêmio	27.543.337,04	24.062.190,92
Plano de Previdência Complementar	1.751.192,67	5.569.076,05
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.319.316,09	7.674.301,28
Provisão para Perdas Prováveis -dez/2007	2.726.458,15	2.726.458,15
TOTAL	44.340.303,94	40.032.029,40

Estes créditos correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, apurados sobre as diferenças temporárias, à alíquota de 25% e 9%, respectivamente, em atendimento a resolução CFC nº 1.189/09 – Tributos sobre o Lucro.

Ressalta-se que os créditos referentes à Provisão para Perdas Prováveis, no valor de R\$ 2.726.458,15 foram reclassificados do grupo Não Circulante para o Circulante em consequência da reclassificação dos Ativos Financeiros FINAM/FINOR (NOTA 5), fato gerador do referido crédito.

A realização dos referidos créditos fiscais ocorrerá quando do pagamento ou reversão das provisões efetuadas, bem como do recebimento de faturas ou perda efetiva dos créditos considerados de liquidação duvidosa, obedecendo aos preceitos legais vigentes.

8.3 – Créditos Fiscais Diversos

Correspondem aos créditos fiscais relativos a COFINS e PASEP, além de valores decorrentes de processos administrativos pendentes de julgamento junto à Fazenda Federal e Municipal. O montante destes tributos a compensar na data do balanço é de R\$ 1.566.140,32 (R\$ 1.566.140,32 em 2011).

NOTA 9 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O SERPRO possui 3.106 empregados cedidos a órgãos do Governo, principalmente no Ministério da Fazenda. A Empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados e os órgãos cessionários pelo reembolso destas despesas, conforme estabelecido pela legislação vigente.

Em 2012, o valor registrado a título de ressarcimento foi de R\$ 243.660.395,10 (R\$ 207.602.204,36 em 2011), conforme Demonstração do Resultado do Exercício, e os valores pendentes de recebimento, no total de R\$ 80.799.022,51 (R\$ 76.260.276,64 em 2011).

As provisões de férias, 13º salário e Licença-Prêmio do pessoal cedido, são contabilizadas como valores a receber na respectiva competência, devendo ser ressarcido quando da sua realização, pelo efetivo pagamento aos empregados.

NOTA 10 – RECURSOS VINCULADOS

Representa a garantia contratual, conforme exigência de contrato firmado entre o SERPRO e a Coordenação de Tecnologia da Informação da Polícia Federal, no exercício de 2009. O montante contabilizado, até o final do exercício 2012, permaneceu no valor de R\$ 204.238,14 e representa 3% do valor total do contrato.

NOTA 11 – BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO

Os bens e valores em circulação estão representados pelo Estoque – Almoxarifado, no valor de R\$ 1.097.702,99 (R\$ 1.032.015,35 em 2011). Neste estoque estão armazenados materiais de expediente para consumo interno da empresa.

NOTA 12 – DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Os valores realizáveis a longo prazo correspondem aos depósitos judiciais e recursais, referentes às ações em que a empresa é parte envolvida, cujos recursos são depositados em cumprimento à determinação judicial, conforme discriminação abaixo:

Descrição	Em R\$	
	2012	2011
Depósitos Judiciais	232.622.734,69	209.939.319,80
Depósitos Recursais	33.870.548,44	28.761.262,42
TOTAL	266.493.283,13	238.700.582,22

NOTA 13 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Correspondem aos direitos realizáveis após o término do exercício seguinte e de acordo com os itens a seguir:

13.1 – Créditos Fiscais Diferidos

Referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social apurados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, conforme demonstrado a seguir:

	Em R\$	
Descrição	2012	2011
Contingências Trabalhistas	147.636.477,41	167.251.649,83
Plano de Previdência Complementar	20.980.044,64	19.775.256,66
Benefícios a Empregados – CPC 33	53.206.447,67	38.868.592,96
Depreciação Empresarial – CPC 27	6.855.548,58	10.904.528,09
Prejuízo Fiscal	16.133.592,28	22.874.416,09
Base Negativa CSLL	5.796.734,74	8.223.431,31
TOTAL	250.608.845,37	267.897.874,95

A realização dos créditos oriundos de Contingências Trabalhistas depende do trânsito em julgado da ação no âmbito da Justiça do Trabalho.

Os créditos tributários originários das provisões correspondentes às obrigações com o Fundo Multipatrocinado – SERPROS, no total de 240 parcelas, tiveram 187 delas realizadas até o encerramento de 2012.

No exercício 2012, foram efetuados os registros nos valores de R\$ 29.197.604,35 e R\$ 68.660.852,20, referente ao reconhecimento no Balanço do SERPRO, do Ativo Fiscal Diferido e Passivo Fiscal Diferido, respectivamente, relativo a diferenças temporárias do exercício corrente, em consonância com o pronunciamento contábil CPC 32- Tributos sobre o Lucro.

13.2 – Processo Trabalhista nº 2047/89

No exercício 2005, registrou-se no Ativo não Circulante o valor de R\$ 241.883.426,54 referente ao processo trabalhista nº 2047/89 – 39ª VT/SP, cuja ação foi movida por empregados cedidos ao Ministério da Fazenda.

O reconhecimento contábil deste processo no Balanço do SERPRO realizou-se com o registro da obrigação a pagar no valor total do processo, em cumprimento à ordem judicial emitida a época.

O registro do direito ao recebimento total dos valores deste processo, a título de ressarcimento, está de acordo com o parecer da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que se pronunciou favorável ao SERPRO.

Em 2007, o valor citado foi transferido do grupo Créditos a Receber no Ativo Circulante para o Ativo não Circulante, grupo Realizável a Longo Prazo, tendo em vista a previsão de realização em exercícios futuros.

A Empresa honrou os pagamentos relativos ao processo até dezembro de 2006, quando após revisão dos cálculos pela Advocacia Geral da União - AGU, chegou-se à conclusão de que havia erros materiais que recomendaram a suspensão dos pagamentos.

Em 2010, após revisão da Consultoria Jurídica, o valor pendente de pagamento foi baixado do Passivo por se tratar de provisão classificada como remota. Este procedimento está em consonância com o que estabelece a resolução CFC nº 1.180/09 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

O valor registrado no Ativo foi baixado em R\$ 125.969.781,34, devido a reclassificação do Ativo Contingente pela Consultoria Jurídica. Considerando as novas definições e despachos apensados ao processo, entendeu-se que o valor a receber, praticamente certo, corresponderia ao montante já recolhido aos empregados.

A reclassificação do Ativo, de acordo com parecer da Consultoria Jurídica, baseou-se no Despacho do Consultor Geral da União nº 2.223/2010, emitido pela Advocacia Geral da União em 13 de dezembro de 2010, que, em seu item 29 expõe “Pois bem, tendo em vista as informações trazidas pela Procuradoria-Geral da União, não me parece que seja correto a União efetuar eventual ressarcimento ao SERPRO, enquanto não resolvidas, no âmbito judicial, todas as questões relativas à Reclamação Trabalhista nº 2047/1989.”

Assim, como o valor pendente de pagamento recebeu uma nova classificação, o montante a receber não se enquadra na classificação como “praticamente certo”, não devendo estar registrado no Balanço.

Em R\$

Descrição	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Valor registrado em Dezembro de 2005	250.414.527,18	250.414.527,18
Ajustes Encargos/Tabela Imposto de Renda	(8.531.100,64)	(8.531.100,64)
Valor total do Processo	241.883.426,54	241.883.426,54
Valor pago até Janeiro de 2007	-	(115.913.645,20)
Baixa para adequação CPC 25	-	(125.969.781,34)
Saldo a pagar em Dezembro de 2010	-	-
Baixa para adequação CPC 25	(125.969.781,34)	-
Penhora de Crédito em 2012	1.513.935,98	-
Valor a receber até Dezembro de 2012	117.427.581,18	-

13.3 – Títulos de Crédito

Os Títulos de Crédito compreendem as Notas do Tesouro Nacional – NTN-P e referem-se às alienações das ações da COBRA TECNOLOGIA, com respectivos vencimentos em 16/03/2013 e 28/12/2014, atualizados monetariamente de acordo com as Portarias nºs 57/1998, 58/1998 e 61/2000, da Secretaria do Tesouro Nacional. Estes valores montam R\$ 101,88 em 2012 (R\$ 3.150.551,69 em 2011).

Em julho de 2012 foi resgatado o valor de R\$ 3 milhões, referente a NTN-P de ações alienadas da TELEBRÁS, cujo vencimento ocorreu dia 09 daquele mês.

NOTA 14 – BENS A ALIENAR

Registra-se, neste grupo, o valor de R\$ 146.112,80 (R\$ 15.706,84 em 2011), referente aos bens destinados à alienação, ou seja, transferência de domínio a terceiros. As desmobilizações são realizadas através de processos específicos, por meio leilões e de doações a entidades públicas, parceiras do SERPRO na realização de ações sociais focadas na educação profissional e às instituições de ensino do poder público, nas esferas: federal, estadual e municipal.

NOTA 15 – ATIVOS FINANCEIROS

O valor de R\$ 26.268,72 (R\$ 26.268,72 em 2011), registrado como Ativo Financeiro, corresponde aos Direitos sobre Serviços Delegados e Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND.

Em dezembro de 2010, foi promulgada a Medida Provisória nº 517, convertida na Lei nº 12.431 em 24 de junho de 2011, que trata, em seu artigo 23, da extinção do FND.

Segundo esta lei, a União sucederá os direitos e obrigações do fundo. Os bens, direitos e obrigações do extinto FND serão inventariados em processo sob a coordenação e supervisão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC e aos cotistas minoritários fica assegurado o ressarcimento de sua participação, calculado com base no valor patrimonial de cada cota, segundo o montante do Patrimônio Líquido registrado no Balanço Patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2010, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

NOTA 16 – IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida-útil empresarial do bem.

Em R\$

Descrição	Saldo em 2012	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido	
			2012	2011
Edifícios	140.304.833,19	(27.924.473,70)	112.380.359,49	94.589.512,71
Terrenos	80.962.787,20	0,00	80.962.787,20	74.188.750,00
Estudos e Projetos	943.187,20	0,00	943.187,20	709.676,92
Obras em Andamento	21.252.717,55	0,00	21.252.717,55	32.220.572,41
Instalações	85.287.235,45	(27.624.830,49)	57.662.404,96	39.213.085,62
Benfeit. em Prop. Terceiros	493.036,89	(241.263,47)	251.773,42	207057,84
Bens Móveis	742.680.569,37	(521.032.642,70)	221.647.926,67	169.611.863,25
TOTAL	1.071.924.366,85	(576.823.210,36)	495.101.156,49	410.740.518,75

16.1 Movimentação do Imobilizado

Em R\$

Saldo anterior	Movimentação			Saldo Final
	Inclusões	Depreciação/ Amortização	Baixas	
410.740.518,75	159.097.672,43	(58.622.789,81)	(16.114.244,88)	495.101.156,49

Para fins de apuração do IRPJ e CSLL, é considerada a depreciação fiscal, calculada de acordo com a tabela divulgada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

16.2 – Permuta de bens imóveis

O SERPRO firmou com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL um contrato de permuta de imóveis, conforme instrumento público regido pelo Art. 533 e seguintes da Lei nº 10.406/2002, Art. 17, I, c, da Lei nº 8.666/93 e Art. 30 c/c Art. 39 da Lei 9.636/98.

Por parte do SERPRO, os imóveis objeto da permuta consistem em uma área com metragem total de 30.000 m², situado à Avenida Martin Luther King nº 762 – Município de Osasco/SP, sendo: a) 22.500 m² conforme 11º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo sob matrícula de nº 293.291 e b) 7.500 m² de área contígua, conforme 2º Cartório de Notas de Osasco, livro nº 788, fl. 203. A área possui nove blocos com um total de 9.257 m² de área construída, onde atualmente encontra em operação o site de tecnologia da CAIXA.

A CAIXA promete em permuta os imóveis: a) terreno localizado à Rua Barão de Mesquita, Andaraí – Rio de Janeiro/RJ, composto por 4 lados, o primeiro medindo 117 m; o segundo 60 m; o terceiro 231,5 m e o quarto com 231,5 m; b) prédio e terreno, localizados à

Rua Duquesa de Bragança, nº 100, Andaraí – Rio de Janeiro/RJ, com 7 lados, sendo 153 m pela Rua Duquesa de Bragança, 9 m na junção com a Rua Visconde de São Vicente, 52,2 m que se confrontam com os outros terrenos medindo 53,8 m, 36,8 m, 151,75 m e 41 m, respectivamente. No imóvel de que trata a alínea 'b' existe edificação de 3 pavimentos, totalizando 6.125 m² de área construída.

A edificação em que a CAIXA é legítima proprietária, objeto dessa permuta, permanece pendente de averbação de matrícula no cartório competente, bem como junto à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/RJ. Essa pendência de averbação tornou-se motivo de não efetivação absoluta da permuta de ativos entre as duas empresas, estando o contrato blindado quando estabelece, em sua cláusula quinta:

Cláusula Quinta – Estipulam-se as seguintes obrigações, como condição, para que ocorra a efetiva consolidação da presente permuta de imóveis entre o SERPRO e a CAIXA:

I – Em face da divergência quanto à metragem do imóvel de sua propriedade a CAIXA se compromete a retificar a escritura do imóvel prometido em permuta, sem qualquer ônus para o SERPRO, incluindo a averbação no registro perante cartório competente.

II – Averbação, por parte da CAIXA, das áreas construídas no imóvel de sua propriedade, atuando junto aos órgãos competentes, sem qualquer ônus para o SERPRO.

III - O presente instrumento somente se aperfeiçoará com a averbação no registro de imóveis da carta definitiva de habite-se.

Não obstante a consolidação da permuta estar vinculada a averbação do imóvel da CAIXA, conforme exposto, a permuta dos ativos ocorreu de fato, estando o SERPRO ocupando o imóvel de propriedade da CAIXA e vice-versa. Essa constatação é comprovada tanto pelo Instrumento de Permuta, quando afirma que no imóvel do SERPRO, atualmente, encontra em operação o site de tecnologia da CAIXA, como também, no imóvel de propriedade da CAIXA, estar em pleno funcionamento a área de desenvolvimento do SERPRO, localizada na Regional Rio de Janeiro.

Em 2012, a Superintendência de Gestão Logística, responsável pelo patrimônio da empresa, emitiu o documento Memorando SUPGL/GLRJO/GLENG – 04218/2012, no qual informa a finalização das obras de adequação das instalações do imóvel permutado, como também evidencia a necessidade de contabilização tanto da baixa o imóvel de Osasco como da incorporação do imóvel de Andaraí. Os fatos ocorreram da seguinte forma:

- 2009: assinatura do instrumento de permuta de imóveis;

- 2010: início das contratações para reforma e adequação das instalações. Essas melhorias foram contabilizadas, à medida que ocorreram, na conta Obras em Andamento;

- 2011: continuação das obras de adequação das instalações – Obras em Andamento;

- 2012: finalização das obras de adequação. Em dezembro foi transferido da conta Obras em Andamento e agregado ao valor das edificações da Regional Rio de Janeiro, o valor de R\$ 6.829.693,28; e

- 2012: alocação dos empregados (desenvolvimento), transferidos do Horto para o Andaraí.

Diante do exposto, a caracterização do imóvel como ativo, de acordo com o que preconiza o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, ocorreu apenas em 2012, quando fora transferida a área de desenvolvimento da Regional Rio de Janeiro para aquele imóvel e os riscos e benefícios do ativo foram transferidos para o SERPRO.

Assim, por considerar que, pela essência, os riscos e benefícios dos ativos foram transferidos aos promitentes permutantes, a administração deliberou por registrar contabilmente tal ato, a fim de refletir nos relatórios financeiros os efeitos da contratação entre a CAIXA e o SERPRO.

Os imóveis, conforme Cláusula Quarta do Instrumento Público de Promessa de Permuta de Imóveis e Outras Avenças, para efeito da permuta e na forma das negociações entabuladas pelos permutantes, possuem valor venal equivalente a R\$ 13.700.000,00 (treze milhões e setecentos mil reais), o qual as partes dão a mais plena e irrevogável quitação ao que foi contratado.

Contabilmente, este evento foi desmembrado em dois fatos:

16.2.1 - Baixa dos ativos cedidos:

Os ativos objeto da permuta foram baixados em conformidade com o disposto no Pronunciamento Conceitual Básico (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, que define ativo como um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

Ainda, o CPC 27 – Imobilizado estabelece:

- valor contábil é o valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas;

- o valor contábil de um item do ativo imobilizado deve ser baixado por ocasião de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação;

- ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos e se espera utilizar por mais de um período;

- ganhos ou perdas da baixa de um item do ativo imobilizado devem ser reconhecidos no resultado quando o item é baixado.

Para o SERPRO, o reconhecimento da baixa do ativo teve como contrapartida a Reserva de Reavaliação, no Patrimônio Líquido, visto que no exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, em virtude da defasagem entre o valor patrimonial contabilizado e o valor de mercado, estando de acordo com as normas contábeis vigentes à época no que se refere à Reavaliação de Ativos e com base nos laudos emitidos por avaliadores independentes.

Conforme facultado pela Lei nº 11.638/2007, pela resolução CFC nº 1.152/09 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, o saldo da reavaliação da empresa poderá ser mantido até a sua total realização, por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda.

Os ativos permutados, localizados em Osasco/SP, possuem valores contábeis reavaliados, não podendo gerar reconhecimento de ganhos ou perdas no resultado do exercício.

Os valores contabilizados no exercício, a título de baixa de bens Osasco, pela permuta de imóveis, realizada entre o SERPRO e a CAIXA, são no montante de R\$ 5.636.500,00 de Edifício e R\$ 6.925.962,80 de Terreno, reduzindo o valor nominal das Edificações da Regional São Paulo em R\$ 12.562.462,80, sendo R\$ 10.932.300,47 líquido, deduzindo-se a a depreciação acumulada de R\$ 1.630.162,33. A contrapartida dessa baixa ocorreu no Patrimônio Líquido, na conta Reserva de Reavaliação.

Os valores acima foram assim compostos:

Edifício Osasco

Em R\$

Descrição	Valor	Depreciação acumulada	Valor Contábil
Valor anterior a Reavaliação de 2005	515.805,07	-515.805,07	0,00
Reavaliação 2005	5.636.500,00	0,00	5.636.500,00
Valor até 2012	5.636.500,00	-1.630.162,33	4.006.337,67
Baixa do Edifício pela permuta 2012	-5.636.500,00	1.630.162,33	0,00

Fonte: ADPAT e SIAFI

Terreno Osasco

Em R\$

Descrição	Valor	Valor acrescido	Valor Contábil
Valor reavaliação anterior a 94 até 2005	770.287,30	0,00	770.287,30
Valor anterior a Reavaliação de 2005	770.287,30	0,00	770.287,30
Reavaliação 2005	6.925.962,80	6.155.675,50	6.925.962,80
Valor até novembro 2010	6.925.962,80	0,00	6.925.962,80
Baixa do Terreno pela permuta	-6.925.962,80	0,00	0,00

Fonte: ADPAT e SIAFI

16.2.2 - Incorporação dos ativos recebidos:

Os ativos objeto da permuta foram incorporados ao Imobilizado em conformidade com o disposto no Pronunciamento Conceitual Básico (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, que define ativo como um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

O CPC 27 estabelece que:

- um ativo imobilizado pode se adquirido por meio de permuta por ativo não monetário. O custo de tal item do ativo imobilizado é mensurado pelo valor justo a não ser que a operação de permuta não tenha natureza comercial ou o valor justo dos ativos não possam ser mensurados com segurança;

- valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória;

- o custo de um item do ativo imobilizado compreende:

a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;

b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar de forma pretendida pela administração;

c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

Em se tratando da permuta de bens imóveis negociada entre a CAIXA e o SERPRO, é explícito em sua cláusula Quarta que o valor definido está em acordo com a definição de valor justo, estabelecido pelo CPC 27, visto que os promitentes permutantes definiram entre

si o valor venal equivalente a R\$ 13.700.000,00 e, ainda, as partes dão a mais plena e irrevogável quitação, nada tendo a reclamar com base no presente contrato em questão do valor atribuído a cada imóvel.

Além do valor justo atribuído instrumento público de promessa de permuta de imóveis, o SERPRO efetuou benfeitorias nos imóveis recebidos, a fim de adequá-los ao *layout* padrão da empresa, bem como oferecer condições adequadas aos empregados alocados nos imóveis.

Essas melhorias foram contabilizadas, à medida que ocorreram, na conta Obras em Andamento. Em dezembro de 2012, foi transferido desta conta e agregado ao valor das edificações da Regional Rio de Janeiro, o valor de R\$ 6.829.693,28.

Essa operação aumentou o valor contábil das Edificações e Terrenos da Regional Rio de Janeiro em R\$ 20.529.693,28, impactando positivamente o resultado do exercício no montante de R\$ 13.700.000,00.

16.3 – Obras em andamento

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2012, o SERPRO contratou empresa especializada para efetuar instalação de nova subestação rebaixadora de energia para as Regionais Brasília e Rio de Janeiro, a fim de garantir os serviços prestados aos clientes. O valor contabilizado no exercício monta R\$ 18 milhões, e R\$ 21.252.717,55 é o saldo registrado no grupo do Imobilizado em 2012 (2011: R\$ 32.220.572,41).

NOTA 17 – ATIVO INTANGÍVEL

O saldo aqui registrado corresponde às licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

Os ativos tratam-se de softwares de terceiros com vida útil definida, mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidas as despesas de amortização, obedecendo-se os prazos definidos pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções, os quais demonstramos abaixo:

Em R\$

Unidade Gestora	Saldo em 2012	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
			2012	2011
Brasília	159.677.549,83	(86.753.789,89)	72.923.759,94	54.213.135,00
Belém	40.656,95	(14.109,75)	26.547,20	1.949,56
Fortaleza	154.755,02	(27.623,89)	127.131,13	12.069,49
Recife	31.075,58	(13.311,30)	17.764,28	1.949,56
Salvador	198.082,49	(27.228,55)	170.853,94	1.949,56

Belo-Horizonte	232.964,32	(62.415,32)	170.549,00	16.948,88
Rio de Janeiro	2.979.807,92	(672.605,40)	2.307.202,52	721.632,87
São Paulo	90.084.640,74	(50.265.614,35)	39.819.026,39	44.261.230,08
Curitiba	168.187,23	(50.903,46)	117.283,77	4925,06
Porto Alegre	92.996,86	(18.471,45)	74.525,41	1.949,56
Sede	24.311.023,42	(17.991.601,77)	6.319.421,65	7.347.649,17
TOTAL	277.971.740,36	(155.897.675,13)	122.074.065,23	106.585.388,79

17.1 Movimentação do Intangível

Em R\$

Saldo anterior	Movimentação		Saldo Final
	Inclusões	Amortização	
106.585.388,79	60.725.014,94	(45.236.338,50)	122.074.065,23

Compõe também o grupo do Ativo Intangível, o Modelo Global de Dados – MGD, por se tratar de um projeto de desembolsos presentes, porém com previsão de benefícios econômicos em exercícios futuros e que atendem os critérios de mensuração e reconhecimento do Ativo. O valor apurado até 31 de dezembro é de R\$ 3.954.580,38.

O MGD é um modelo de dados do tipo entidades-relacionamentos elaborado a partir de um conjunto de metodologia e padrões de notação extremamente simples, com objetivo de obter uma visão integrada e detalhada dos diversos dados que suportam os macroprocessos de Governo e foi incorporado aos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – Arquitetura e-PING como arquitetura de informação para interoperabilidade, permitindo uma visão de integração entre os dados e processos da Administração Pública Federal.

O início e o prazo da amortização se dará a partir das definições da Administração, como conclusão das evoluções e estimativa de geração de benefício futuro.

NOTA 18 – DEPÓSITOS

Encontram-se relacionados os valores das retenções na fonte de impostos municipais, federais e de recursos previdenciários, bem como os encargos de mesma natureza.

18.1 – Consignações

O montante de R\$ 23.053.323,72 (R\$ 16.555.535,76 em 2011) representa, basicamente, as retenções na folha de pagamento de empregados, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, e, principalmente, planos de previdência e

assistência médica, que corresponde à participação dos empregados no custeio do plano de saúde.

NOTA 19 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

O valor de R\$ 115.951.127,23 (R\$ 102.298.695,23 em 2011) refere-se ao montante a ser recolhido aos cofres públicos, oriundos dos encargos da folha de pagamento, INSS e FGTS, recursos do salário-educação, tributos estaduais/municipais, COFINS e PASEP retidos dos fornecedores, além dos tributos incidentes sobre o faturamento, pagos pelo regime de caixa, conforme legislação.

NOTA 20 – PROVISÕES DE PESSOAL

Correspondem às provisões de Férias e Licença-Prêmio, reconhecidas de acordo com as normas e princípios contábeis aceitos no Brasil, conforme segue:

Em R\$

Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	99.800.900,69	22.176.738,54	(15.949.484,09)	106.028.155,14
Licença – Prêmio	64.739.653,65	16.270.161,16	0,00	81.009.814,81
TOTAL	164.540.554,34	38.446.899,70	(15.949.484,09)	187.037.969,95

21 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O SERPRO, como empresa Patrocinadora e Instituidora, oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar fechada, por meio do SERPROS – Fundo Multipatrocinado. Essa Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, constituída sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, e de personalidade jurídica de direito privado. A EFPC tem por finalidade básica instituir, administrar e executar Planos de Benefício de caráter previdenciário.

Desde 2010, a empresa adota a metodologia contida no pronunciamento contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 33 – Benefícios a Empregados.

Atualmente, os planos existentes são o Plano Serpro I – PSI e Plano Serpro II – PSII. Em 31 de dezembro de 2012 os recursos garantidores dos planos totalizavam R\$ 3,79 bilhões no patrimônio da EFPC. Vale ressaltar que somente o PS-II aceita novas adesões e que desse fato decorre uma mitigação de riscos para a Patrocinadora por conta das características dos planos, como explicado a seguir:

21.1 - Plano SERPRO I – PS I

Plano de Benefício Definido – BD, em 31/12/2012, contava com total de 3.031 participantes ativos e 3.269 assistidos, onde tanto os participantes, quanto as patrocinadoras, contribuem, paritariamente, para os benefícios programáveis e de risco. O benefício definido é aquele instituído para atender o participante ativo, mediante um benefício pré-determinado, quando o mesmo se aposenta. Deriva dessa característica, o risco, da patrocinadora ter de fazer aportes adicionais para cobrir eventual déficit futuro no plano. Desde outubro de 1996, o PS-I, esta fechado para novas adesões.

Os benefícios previdenciais assegurados por este plano abrangem:

- quanto aos participantes: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação da aposentadoria por velhice, suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, suplementação da aposentadoria especial, suplementação da aposentadoria aos ex-combatentes, suplementação do auxílio-doença, suplementação do abono anual, e benefício proporcional diferido; e
- quanto aos beneficiários: suplementação da pensão, suplementação do auxílio-reclusão, pecúlio por morte e suplementação do abono anual.

No exercício findo em 2012, o Plano PS-I (BD), contava com um montante de recursos garantidores no valor de R\$ 1.645,48 milhões. Embora encontrava-se em situação deficitária acumulada (equilíbrio técnico) em R\$ 103,6 milhões.

21.2 - Plano SERPRO II – PS II

O Plano PS-II, em 31.12.2012, contava com um total de 5.446 participantes ativos e 350 assistidos. É estruturado na modalidade de contribuição variável, em que os benefícios programados são de contribuição definida na fase de acumulação e os benefícios de risco são de benefício definido. Deste modo, os participantes acumulam, individualmente, recursos para usufruir futuramente em suas aposentadorias. Estes recursos poderão ser convertidos em uma renda mensal vitalícia ou resgate do saldo de contas. O participante decide sua contribuição mensal que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente, dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento interno do plano.

O objetivo deste plano é oferecer aos participantes do plano, beneficiários e designados, os seguintes benefícios de previdência complementar:

- aos Participantes: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, auxílio-doença e abono anual;
- aos Beneficiários: pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão e abono anual; e
- aos Designados: pecúlio por morte.

No exercício findo em 2012, o PS-II, contava com um montante de recursos garantidores no valor de R\$ 2.152,15 milhões. O plano PS-II, modalidade Benefício Definido

(BD), encontrava-se em situação superavitária acumulada (equilíbrio técnico) em R\$ 310,49 milhões.

21.3 - Estudo Atuarial (2012)

As premissas atuariais adotadas foram as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC N° 33 (R1) e recomendadas pela EFPC. Como exigido pelas regras do pronunciamento, foi adotado o método da Unidade de Crédito Projetada para calcular todas as obrigações atuariais.

Econômicas e Financeiras

Taxa de desconto atuarial – taxa real	4,00% ao ano
Taxa de desconto atuarial – taxa nominal	9,20% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos – taxa real	4,00% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos – taxa nominal	9,20% ao ano
Taxa de crescimento salarial futuro – taxa real	3,00% ao ano
Taxa de crescimento salarial futuro – taxa nominal	8,15% ao ano
Taxa de crescimento dos benefícios – taxa nominal	5,00% ao ano
Expectativa de Inflação	5,00% ao ano
Fator de capacidade dos Salários	97,80%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	97,80%

Demográficas

Tábua de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Tábua de Rotatividade	1% até 47 anos e 0% a partir de 48 anos de idade

Entrada em aposentadoria	100% na elegibilidade
Composição Familiar	Família Média:
	90% dos participantes casados
	Mulheres 3 anos mais jovens que os homens
	Filho temporário até 24 anos.

Os resultados das avaliações atuariais apuraram os seguintes compromissos dos planos com seus participantes, onde para se verificar o nível de cobertura do plano (déficit ou superávit), deve-se abater das obrigações atuariais o valor justo dos ativos, conforme demonstrado a seguir.

21.3.1 - Resultado da Avaliação Atuarial – Plano PS-I

Em milhões de R\$		
Conciliação dos (Ativos) e Passivos reconhecidos em milhões de Reais.	2012	2011
Valor presente das Obrigações Atuariais	1.950,1	1.639,2
Valor justo dos Ativos do plano	(1.687,9)	(1.248,3)
Nível de cobertura, se déficit ou (superávit)	262,2	390,9
Total da despesa adicional a reconhecer	0	58,8
(-) 10% do valor presente das obrigações atuariais	0	(163,9)
Percentual da Parcela de Responsabilidade da Patrocinadora (%)	100,00%	100,00%
Resultado do Plano PS-I deficitário para o Patrocinador	262,2	285,82

Conforme pode ser identificado no quadro anterior, inexistem recursos integralizados para garantir o pagamento dos compromissos do plano, gerando uma obrigação atuarial a ser provisionada pela empresa no total de R\$ 262,2 milhões.

Tendo em vista que o CPC 33 (R1) possui efeitos a partir de 01/01/2013, e que já existia um valor provisionado contabilmente para o PS-I de R\$ 157.333.780,83, equivalente ao diferimento 3/5 (três quintos) de R\$ 262,2 milhões, pertinentes ao resultado deficitário no encerramento do exercício de 2012. Entendemos que o ajuste adicional de R\$ 104.889.187,17 possa ser efetuado dentro dos conceitos do CPC 33, neste momento de transição das normas, em Outros Resultados Abrangentes (ORA), no próximo exercício de 2013.

21.3.2 - Resultado da Avaliação Atuarial – Plano PS-II

	Em milhões de R\$	
Conciliação dos (Ativos) e Passivos reconhecidos em milhões de Reais.	2012	2011
Obrigações Atuariais	519.1	280,1
Valor justo dos Ativos do plano	(676.9)	(280,2)
Nível de cobertura, se déficit ou (superávit)	(157.8)	(0,1)
Total da (receita) adicional a reconhecer	0	(98,4)
Percentual da Parcela de Responsabilidade da Patrocinadora (%)	100,00%	100,00%
Resultado do Plano PS-II Superavitário para o Patrocinador	(157.8)	(98,5)

Conforme pode ser identificado no quadro anterior, existem recursos integralizados em quantia suficiente para garantir o pagamento dos compromissos do plano, gerando um resultado superavitário de R\$ 157.813.835,00.

Tendo em vista que não é certo que o superávit apurado nesta demonstração possa trazer benefícios econômicos futuros à empresa, em função de diversas discussões que ocorrem no Fundo Multipatrocinado sobre a estrutura atual do plano, dentre as quais podemos citar a mudança da Tábua de mortalidade geral nos cálculos atuariais, de AT-83 para AT-2000, deliberou-se, em decorrência das alterações a serem implantadas pelo Fundo em 2013, não efetuar o registro de um Ativo Atuarial na Patrocinadora, no valor do *superávit*, para o exercício encerrado em 2012.

21.4 - Obrigações e Provisões na Patrocinadora

Compõem-se às obrigações de curto prazo do SERPRO o valor de R\$ 5.150.566,68, referente às parcelas vencíveis no exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2012, as obrigações de longo prazo, vinculados ao SERPROS, estão assim representados:

	Em R\$	
Descrição	2012	2011
Contrato SERPRO x SERPROS	62.038.904,85	59.208.916,83
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios (CPC nº 33)	157.333.780,83	114.319.391,06
TOTAL	219.372.685,68	173.528.307,89

21.5 - Instrumentos Contratuais - Dotação Inicial e Lei 8020/1990

O valor de R\$ 62.038.904,85 refere-se às parcelas restantes da obrigação, originalmente pactuada em 240 parcelas mensais, sendo que, até 31 de dezembro de 2012, foram amortizadas 187 parcelas. Tais valores são atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC + juros de 0,5% ao mês.

21.6 - Perspectivas no exercício de 2013 - Saldamento PS-I e Aprimoramentos PS-II

21.6.1 – Saldamento PS-I e Aprimoramento PS-II

Durante os exercícios de 2011 e 2012 foram submetidos aos Patrocinadores e órgãos competentes as alterações estatutárias e regulamentares dos planos administrados pela EFPC. O novo Estatuto do Fundo e novos regulamentos dos planos (PS-I e PS-II) foram aprovados pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) em agosto de 2012 e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) em dezembro de 2012.

Os novos regulamentos dos planos estão previstos, conforme cronograma do Fundo, para vigorar a partir de 01 de abril de 2013, incluindo o Saldamento do PS-I.

Taxa Atuarial: segundo a Resolução Nº 09 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), de 29/11/2012, a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de contribuições e benefícios, é de 5,75% a.a. para 2013, reduzida em um 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) para cada um dos próximos respectivos exercícios e atingindo 4,50% a.a. nas avaliações atuariais relativas aos exercícios de 2018 e seguintes. Já a Resolução Nº 10 do CNPC, de 19.12.2012, determina a aplicação, pelos Fundos, da tábua biométrica que gere expectativas de vida completa iguais ou superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-2000 (*Actuarial Table*) suavizada em 10% (dez por cento).

21.6.1 – Perspectivas econômicas para o exercício de 2013

Inflação: segundo o relatório e pesquisa Focus do Banco Central, a meta de inflação do governo para o ano de 2013 é de 4,5% pelo IPCA, com margem de mais ou menos dois pontos percentuais. Segundo o Focus, de 22.02.2013, a projeção de inflação medida pelo IPCA para 2013 caiu para 5,69% a.a., e para 2014 esta prevista em 5,50%.

Juros: Ainda segundo os economistas consultados na pesquisa Focus, mantiveram a previsão de que a taxa básica de juros (SELIC) permanecerá nos 7,25% a.a. até o final de 2013, com perspectiva de elevar-se à 8,25% a.a. para fim de período em 2014.

Câmbio: A mediana das projeções para o câmbio dos analistas do “Top 5”, instituições que mais acertam as projeções, para o fechamento de 2013 segue em R\$ 2,00. Enquanto, para 2014, segue em 2,05.

21.7 – Auxílio-alimentação

O SERPRO fornece aos empregados e dirigentes o Auxílio-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Este auxílio é definido em maio de cada ano. Para o período de maio de 2012 a abril de 2013 o valor do auxílio alimentação/refeição é de R\$ 632,64 (R\$ 601,92 em 2011) para aquisição de refeições e similares, gêneros alimentícios em supermercado ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

21.8 – Plano de Saúde

O SERPRO oferece assistência a saúde aos seus empregados e familiares, programa administrado pelo SERPRO, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, psicológica, fisioterápica, com atendimento realizado por rede credenciada própria e da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – CASSI. O benefício concedido atende os titulares optantes e respectivos dependentes, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados ao SERPROS e ao INSS.

Na composição da receita do convênio de reciprocidade, conforme Regulamento do Programa de Assistência à Saúde dos Empregados do SERPRO - PAS/SERPRO, a Empresa participa com a contribuição mensal correspondente, diferenciada por faixa etária, das despesas assistenciais e o beneficiário titular contribui com valor fixo mensal, diferenciado por faixa etária das despesas assistenciais, mais co-participação de 20% sobre a utilização em consultas médicas.

O Plano não possui ativos financeiros, portanto, a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. O total dos desembolsos, referente aos pagamentos deste benefício no período monta R\$ 55.108.781,24 (R\$ 47.484.401,94 em 2011).

21.9 – Plano Odontológico

O SERPRO oferece aos seus empregados e familiares o Plano de Assistência à Saúde Bucal do SERPRO – PAS-ODONTO/SERPRO, garantindo e mantendo o atendimento odontológico dos empregados ativos e seus dependentes legalmente cadastrados no Plano.

De acordo com o Regulamento do PAS-ODONTO/SERPRO, o programa é custeado pelo SERPRO, com valor fixo por beneficiário aderido e pelo empregado, com valor fixo mensal. A concessão do benefício fica condicionada à disponibilidade orçamentária da Empresa.

O montante dos desembolsos, referente aos pagamentos de benefícios no período montam R\$ 454.793,33 (R\$ 441.866,34 em 2011).

21.10 – Ações de Preparação para Aposentadoria – APA

Desde o exercício 2009, o SERPRO implantou o APA – Ações de Preparação para Aposentadoria. Trata-se de ações permanentes, desenvolvidas pelo Programa SERPRO de Responsabilidade Social e Cidadania – Eixo Qualidade de Vida, onde, em suas condições e procedimentos, são previstos três módulos: Módulo de Orientação – MO, Módulo de Sucessão – MS e Módulo de Incentivo – MI.

Em 2012, excepcionalmente, não ocorreu o Módulo Incentivo. Em 2011 foram realizadas duas etapas do módulo incentivo, os quais, atendendo às estratégias empresariais e considerando o perfil do público-alvo, foi desembolsado o montante de R\$ 32.346.696,90 no primeiro módulo e R\$ 14.572.564,20 no segundo módulo, totalizando

R\$ 46.919.261,10. Vale ressaltar que este último ocorreu no mês de dezembro, sendo os desembolsos realizados em janeiro de 2012.

NOTA 22 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme disposições estatutárias, de 25%. No acumulado até dezembro de 2012, existem valores provisionados relativos a dividendos sobre o lucro líquido ajustado no montante de R\$ 42.007.652,67.

Os valores provisionados são referentes dividendos e juros sobre o capital próprio dos exercícios 2008 e 2009, calculados sobre o patrimônio líquido, limitados à variação pro rata dia da Taxa de Juros de longo Prazo (TJLP), conforme previsto na Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, com benefício fiscal correspondente ao imposto de renda e contribuição social nos exercícios em que foram registrados.

Em R\$

Descrição	2009	2008	TOTAL
Dividendos do Exercício	0,00	602.448,73	602.448,73
Juros sobre o Capital Próprio	10.905.128,19	0,00	10.905.128,19
Dividendos Complementares	0,00	18.217.131,39	18.217.131,39
Atualização	3.592.983,64	8.689.960,72	12.282.944,36
TOTAL	14.498.111,83	27.509.540,84	42.007.652,67

O valor de R\$ 18.217.131,39 constante do quadro acima refere-se aos dividendos complementares do exercício 2008, oriundo dos créditos fiscais diferidos realizados naquele período.

NOTA 23 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias de longo prazo correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, incidentes sobre a Reserva de Reavaliação e apropriação do IRPJ e CSLL sobre exclusões temporárias constituídas no exercício de 2011, em atendimento a resolução CFC nº 1.189/09 – Tributos sobre o Lucro. Em 31 de dezembro de 2011, os impostos totalizaram R\$ 91.516.073,50.

Em 2012, os valores destacados a título de IRPJ e CSLL a pagar referente reavaliação das edificações, ocorrida em 2005, foram revertidos. Dessa forma, os tributos diferidos sobre a reserva de reavaliação foram baixados, restando um saldo de R\$ 68.660.852,20 correspondente ao IRPJ e CSLL sobre o Lucro Líquido sobre exclusões temporárias constituídas no exercício de 2012.

NOTA 24 – PROVISÕES ATIVAS E PASSIVAS

O SERPRO é parte em processos administrativos e judiciais, de natureza cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela empresa guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.

A administração do SERPRO, com base em informações de sua Consultoria Jurídica e na experiência anterior, referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante de R\$ 436.567.487,51 (R\$ 494.498.671,17 em 2011), de processos classificados como “prováveis de perda”.

No montante das demandas trabalhistas prováveis de perda, existem processos cujo demandante se trata de empregado cedido aos órgãos do Governo, sendo esses órgãos cessionários responsáveis pelo reembolso destas despesas, conforme estabelecido pela legislação vigente. O valor contabilizado a título de ressarcimento referente a processos de pessoal cedido é R\$ 199.252.328,03 (R\$ 179.334.829,50 em 2011). Em atendimento ao CPC 26, o valor apresentado no passivo se encontra deduzido dessa provisão ativa, estando demonstrado pelo valor líquido, conforme quadro a seguir.

A empresa possui demandas administrativas/judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$ 50.130.365,14 (R\$ 63.253.961,01 em 2011), classificadas pelos seus assessores jurídicos como “possíveis de perda” e, por este motivo, nenhuma provisão para contingências foi constituída sobre os mesmos.

A análise jurídica dos processos está em acordo com as premissas da resolução CFC nº 1.180/09 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

A movimentação da provisão no exercício de 2012, está demonstrada a seguir:

	Em R\$
Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2011	494.498.671,17
Reversão da Provisão	-57.931.183,66
Saldo em 31 de dezembro de 2012	436.567.487,51
Provisão Ativa – Processos Pessoal Cedido	199.252.328,03
Valor Líquido do Passivo	237.315.159,48

24.1 - Ações Trabalhistas e Cíveis

A empresa é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral,

planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade e jurisprudência das Instâncias Superiores.

As ações cíveis estão relacionadas com suas operações e serviços, principalmente contratos com fornecedores, dentre outros. De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais.

No que tange aos valores, sobressaem as demandas que contestam questões trabalhistas envolvendo indenizações, principalmente em decorrência de alterações nos planos de cargos e salários.

24.2 - Ações Fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais.

O SERPRO, em maio de 2010, foi autuado pela Receita Federal do Brasil através dos Autos de Infração lavrados em decorrência de contribuições não declaradas em GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, relativamente a: auxílio a filhos deficientes, curso de graduação e pós-graduação, seguro de vida em grupo, apresentar a GFIP com omissões, conforme Autos de Infrações n°s: 37.283.642-9, 37.283.643-7, 37.283.644-5 e 37.283.646-1, totalizando R\$ 1.008.778,09.

Além dos Autos de Infrações supracitados, destaca-se o de n° 37.283.645-3, correspondente a não entrega das informações no formato do Manual Normativo de Arquivos digitais – MANAD, aprovado pela Portaria MPS/SRP n° 58, de 28/01/2005, que contém informações contábeis e de folha de pagamento em meio digital. Tal fato deu origem a multa no valor de R\$ 6.166.378,09.

Por entender que houve o cumprimento à Instrução Normativa 787/2007, o SERPRO interpôs recurso administrativo junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, estando os referidos valores depositados judicialmente até o julgamento final da ação.

NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1 - Capital Social

Conforme o Decreto n° 6.791, de 10 de março de 2009, que aprovou o Estatuto do SERPRO, em seu artigo 4º, foi instituído o valor de Capital Autorizado no montante de R\$ 613.618.808,15, exclusivamente integralizado pela União.

Com base na Medida Provisória n° 515, publicada em 28 de dezembro de 2010, o SERPRO efetuou o registro contábil de aumento do Capital Social no valor de R\$ 250.000.000,00. Até dezembro de 2011 foram integralizados R\$ 184 milhões, restando R\$ 66 milhões, integralizados em janeiro de 2012.

O capital social está assim constituído:

Em R\$

Descrição	Valor	Saldo
Capital Social Subscrito Decreto nº 6.791/2009	613.618.808,15	613.618.808,15
Incorporação Reserva de Riscos Eventuais	3.736.021,08	617.354.829,23
Aumento de Capital	250.000.000,00	867.354.829,23
Capital Social em 31/12/2012		867.354.829,23

25.2 - Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Esta reserva está constituída em decorrência da reavaliação integral dos imóveis em 2005 com base em laudo de avaliação. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo é de R\$ 138.214.228,61.

A reserva de reavaliação é realizada pela baixa dos bens reavaliados. Desde dezembro de 2010, a vida útil econômica dos imóveis foi alterada de 25 anos para indeterminada e o saldo da reavaliação será mantido até a sua total realização, conforme preconiza a Lei nº 11.638/2007. Em função dos imóveis possuírem vida útil empresarial indeterminada, não há mais realização da reserva, a não ser pela baixa do bem reavaliado ou pela perda do valor recuperável do Ativo.

Diante do exposto, a entidade optou por reverter a provisão para pagamento de tributos sobre a reserva de reavaliação, entendendo que não há expectativa de realização do passivo fiscal diferido constituído.

Em R\$

Descrição	2012	2011
Reserva de Reavaliação	138.214.228,61	149.146.529,08
(-) Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	0,00	30.542.231,46
TOTAL	138.214.228,61	118.604.297,62

25.3 - Reservas de Lucros

As Reservas de Lucros são constituídas pela apropriação de lucros da Empresa, com o objetivo de garantir a segurança adicional e sua saúde financeira.

Em 31 de dezembro de 2012, a empresa constituiu as Reservas de Lucros, utilizadas em 2011 para absorver o prejuízo contábil do exercício, em atendimento aos preceitos do artigo 189, Parágrafo Único da Lei nº 6.404/1976, como se segue:

Em R\$

Descrição	2012	2011
Reserva Legal	476.153,17	0,00
Reserva Estatutária	202.605,38	0,00
Reserva Especial de Dividendos	4.994.802,68	0,00
Reserva de Retenção de Lucros	3.849.502,18	0,00
Total de Reservas de Lucros	9.523.063,41	0,00

25.3.1 - Reserva Legal

A reserva legal está constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social, conforme demonstrado a seguir:

Em R\$

Descrição	VALOR
Lucro Líquido do Exercício	65.900.181,06
(-) Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	3.716.982,16
(-) Compensação do Prejuízo	52.660.135,49
= Base de Cálculo da Reserva Legal	9.523.063,41
Reserva Legal 5%	476.153,17

25.3.2 - Reserva Estatutária

A reserva estatutária é formada pela reserva de investimentos, onde 5% do lucro líquido, até 20% do capital social, são destinados à atualização do parque computacional e à aquisição de bens patrimoniais necessários à consecução dos objetivos institucionais do SERPRO, cujo saldo na data das demonstrações contábeis é de R\$ 202.605,38.

25.3.3 - Reservas Especial de Dividendos

A lei societária prevê que o dividendo obrigatório pode deixar de ser distribuído quando os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia (art. 202, § 4o). É uma discricionariedade conferida por lei aos administradores com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade. A parcela dos lucros não distribuída destinada à constituição desta reserva especial, neste exercício, se deu no montante de R\$ 4.994.802,68 e corresponde aos Dividendos Obrigatórios.

25.3.4 - Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das Sociedades Anônimas permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, previamente aprovado pelo Conselho Diretor. Em 31 de dezembro de 2012, a empresa manteve em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 3.849.502,18.

NOTA 26 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

Com base nas disposições estatutárias, o resultado encontra-se distribuído da seguinte forma:

	Em R\$
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	65.900.181,06
(-) Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	3.716.982,16
(-) Compensação do Prejuízo Acumulado	52.660.135,49
= BASE DE CÁLCULO DA RESERVA LEGAL	9.523.063,41
(-) Reserva Legal (5%)	476.153,17
(+) Realização da Reserva de Reavaliação	10.932.300,47
= BASE DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO DO ACIONISTA	19.979.201,71
(-) Remuneração do Acionista (25%) Reserva Especial de Dividendos	4.994.802,68
(-) Realização da Reserva de Reavaliação	10.932.300,47
= BASE DE CÁLCULO DAS RESERVAS ESTATUTÁRIAS	4.052.107,56
(-) Reserva Estatutária – Investimentos 5%	202.605,38
= SALDO REMANESCENTE DO LUCRO LÍQUIDO	3.849.502,18
(-) RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	3.849.502,18
SALDO DE LUCROS ACUMULADOS EM 31/12/2012	0,00

NOTA 27 – RESULTADO FINANCEIRO

As receitas financeiras abrangem, principalmente, os rendimentos decorrentes das aplicações financeiras, receita de dividendos e variações a valor justo de ativos financeiros e créditos tributários.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros incidentes sobre os dividendos a pagar e os encargos financeiros das obrigações junto ao Fundo Multipatrocinado – SERPROS.

	Em R\$	
Descrição	2012	2011
Despesas Financeiras	-43.156.782,39	-37.798.042,07
Receitas Financeiras	3.907.431,73	11.578.091,16
Resultado Financeiro	-39.249.350,66	-26.219.950,91

NOTA 28 – SEGUROS

A Empresa adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. Conforme a natureza da sua atividade e consideradas as características de seus riscos, a Empresa contrata seguros com cobertura para riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de Dezembro de 2011 podem ser assim demonstradas:

Em R\$

Ativo	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e bens do segurado em locais de terceiros	Incêndio, Danos Elétricos e Desmoroamento	641.944.632,87
Veículos	Responsabilidade Civil e Facultativa	100% Tabela FIPE

NOTA 29 – PARTES RELACIONADAS

29.1 Remuneração de Empregados e Dirigentes

De acordo com a política salarial praticada pelo SERPRO, a menor e a maior remuneração pagas a empregados em 2012, incluindo adicional de transferência, foram, respectivamente, de R\$ 979,45 e R\$ 28.422,58. A maior remuneração paga a dirigente foi de R\$ 30.209,96.

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus dirigentes. Os benefícios pós emprego estão restritos aos empregados do quadro do SERPRO.

NOTA 30 – CONTINGÊNCIA ATIVA

Na data de encerramento do exercício, os processos que representavam uma contingência ativa, não reconhecida contabilmente e controlada escrituralmente em conta de compensação, são os seguintes: R\$ 3.726.570,84, referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000075/2001-58, que trata de desvio de valores públicos, como também R\$ 267.448,31, referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000074/2001-11, que trata de pagamento indevido realizado no processo de Programa de Desligamento Voluntário. Os procedimentos que foram adotados estão definidos na IN/STN nº 08 de 21/12/90, que estabelece normas sobre o processo de tomada de contas dos gestores dos recursos públicos.

NOTA 31 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Empresa apresenta a Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC pelo método direto, elaborada de acordo com a resolução CFC nº 1.296/10, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias.

Brasília, 31 de dezembro de 2012.

Marcos Vinícius Ferreira Mazoni
Diretor-Presidente

Laerte Dorneles Meliga
Diretor

Ana Maria Mallmann Costi
Contadora CRC – DF 8.894/0-6